

Grupo de Trabalho

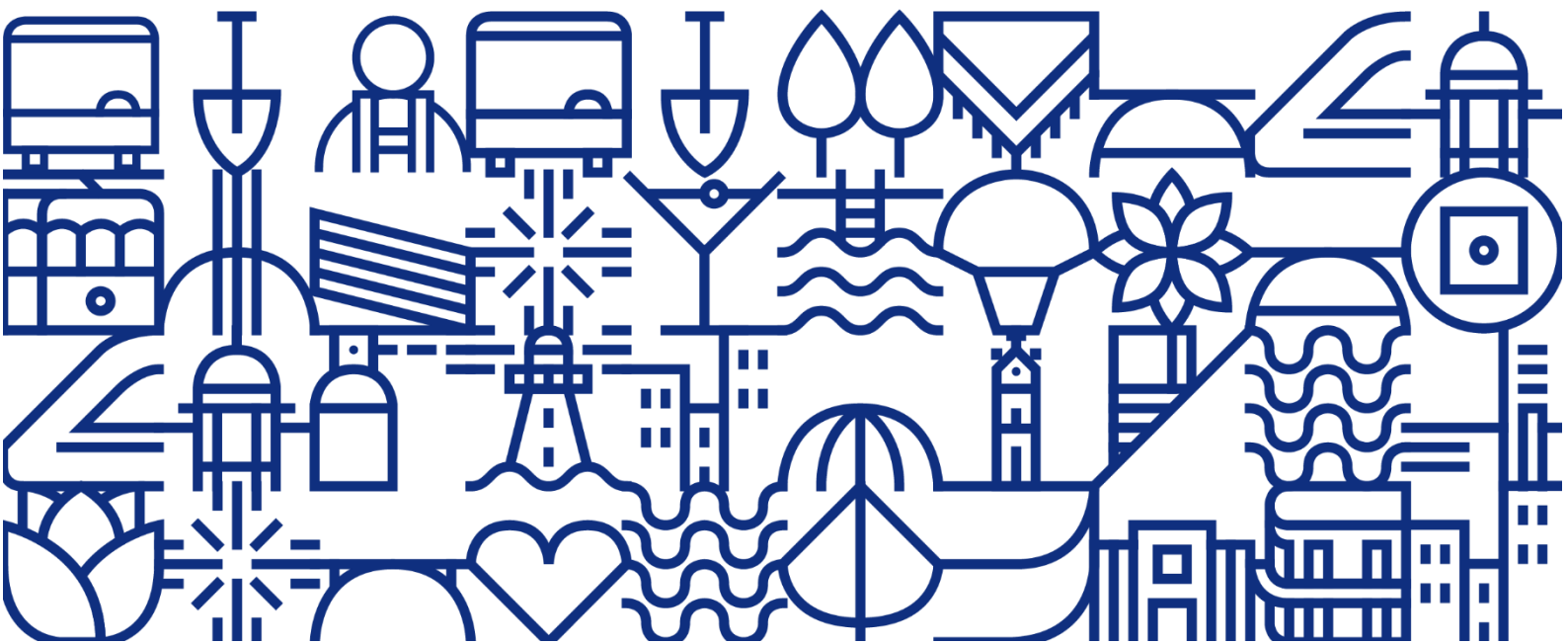
para acompanhamento de investimentos de transporte público GT-AITP

Relatório 02

Levantamento de temas e solicitação
de informações à Metro do Porto relativamente à Obra do
MetroBus (BRT) e à Fase 2 do Projeto

Relator: Raúl Almeida

Aprovado em reunião realizada em 22/04/2024



**Grupo de Trabalho para acompanhamento de
investimentos de transporte público (GT-AITP) com impacto no Porto**

Relatório 02

Levantamento de temas e solicitação de informações à Metro do Porto relativamente à Obra do MetroBus (*Bus Rapid Transit - BRT*) e à Fase 2 do Projeto

Relator: Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM

Aprovado em reunião do GT-AITP, realizada em 22 de abril de 2024

Conteúdo

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. INFORMAÇÕES QUE SE SOLICITA À METRO DO PORTO, RELATIVAMENTE À LINHA ROTUNDA-PRAÇA DO IMPÉRIO do BRT	3
2.1. Prazo de conclusão da empreitada de infraestrutura rodoviária, Rotunda – Praça do Império, incluindo pavimentação, sinalização horizontal e vertical, sistema de controlo de tráfego, estações de metro e reposição dos jardins da Avenida Marechal Gomes da Costa.....	3
2.2. Especificamente sobre as Estações do BRT	4
2.3. Operacionalização da linha e material circulante.....	4
2.4. Relativamente ao número de trabalhadores envolvido na Obra.....	4
2.5. Aspetos relevantes associados à gestão global da empreitada	5
3. INFORMAÇÕES QUE SE SOLICITA À METRO DO PORTO, RELATIVAMENTE À SEGUNDA FASE DO BRT.....	7
3.1. Ponto de situação do concurso para atribuição da obra?	7
3.2. Prazo previsto para a atribuição da concessão?.....	7
3.3. Prazo previsto para a conclusão da mesma?.....	7
4. INFORMAÇÕES PÚBLICA E ACOMPANHAMENTO DA OBRA PELOS CIDADÃOS, NO QUADRO DA MOBILIDADE NA CIDADE	7
4.1. A Metro do Porto considerou a colocação de outdoors bem visíveis e explicativos ao longo do percurso e nas áreas mais diretamente afetadas?	7
4.2. A Metro do Porto considerou disponibilizar um “render” da obra depois de concluída, em site de fácil acesso para melhor informação dos cidadãos, de modo a envolver a cidade na obra?..	7

1. INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho para Acompanhamento de Investimentos de Transporte Público foi criado, por [deliberação da Assembleia Municipal, no dia 19 de fevereiro de 2024](#), tendo por objeto o acompanhamento dos investimentos de transporte público com impacto na cidade do Porto, sob a responsabilidade das empresas Metro do Porto e Infraestruturas de Portugal, estejam elas em fase de obra, de projeto ou anteprojeto.

Na sua primeira reunião, que se realizou no passado dia 18 de março, o GT-AITP apreciou a informação disponível, procedeu à audição dos quadros técnicos da Câmara Municipal do Porto que têm acompanhado o processo, e procedeu a um primeiro levantamento de um conjunto de questões que cumpre corrigir e/ou esclarecer, no interesse público, relativamente à empreitada em curso, de que resultou a aprovação da preparação imediata de dois documentos: i) um documento, contendo um conjunto de Recomendações, visando particularmente, a melhoria da segurança e a minimização de impactos de desconforto dos cidadãos – moradores, comerciantes, trabalhadores, peões e condutores; ii) um outro documento, suscitando um conjunto de informações relativamente ao todo da empreitada que não estão claras e que é preciso conhecer.

O presente Relatório reporta-se a esse conjunto de informações que se solicitará à Metro do Porto, relativamente a **“Frente de obra, prazos de execução, desvios ou falta de projeto e transtorno público”**.

2. INFORMAÇÕES QUE SE SOLICITA À METRO DO PORTO, RELATIVAMENTE À LINHA ROTUNDA-PRAÇA DO IMPÉRIO do BRT

2.1. Prazo de conclusão da empreitada de infraestrutura rodoviária, Rotunda – Praça do Império, incluindo pavimentação, sinalização horizontal e vertical, sistema de controlo de tráfego, estações de metro e reposição dos jardins da Avenida Marechal Gomes da Costa

- 2.1.1. Confirmam que o prazo inicial de conclusão da empreitada era 01/04/2024? (sendo essa a data, indicar por favor as razões principais do incumprimento)
- 2.1.2. Confirmam que o novo prazo de conclusão total da empreitada é 31/07/2024? (se não for o caso, indicar data firme de conclusão)
- 2.1.3. Relativamente ao ponto 2.1.2., clarificar se inclui (e informar dos respetivos prazos se não incluir):
 - a. Conclusão da sinalização horizontal e vertical?
 - b. Conclusão do sistema de controlo de tráfego?

- c. Conclusão das estações ao longo do percurso?
- d. Conclusão da reposição dos jardins da Avenida Marechal Gomes da Costa?

2.2. Operacionalização da linha e material circulante

- 2.2.1.** Quando chegará exatamente o material circulante que operará na linha em termos normais e definitivos?
- 2.2.2.** Até à chegada do material circulante, a Metro do Porto já tem um plano alternativo para operar a rede do BRT?
- 2.2.3.** E quando começará em operação efetiva?
- 2.2.4.** Tem como obviar questões práticas e de segurança, como a questão da localização das portas dos eventuais autocarros de operação provisória?
- 2.2.5.** Quando estará pronta a fábrica de hidrogénio que alimentará o BRT?
- 2.2.6.** Como será suprido o fornecimento de hidrogénio necessário para a operação, em caso de desfasamento entre o início de fornecimento pela fábrica no Porto e as necessidades operacionais do BRT?

2.3. Especificamente sobre as Estações do BRT

Questão prévia: sabe-se que a utilização de estações pré-fabricadas poderia trazer várias vantagens, como a redução do tempo de construção, a minimização das perturbações no tráfego e uma execução mais eficiente do projeto.

Questões:

- 2.3.1.** Por que razão não foram consideradas soluções de estações pré-fabricadas para uma obra deste tipo?
- 2.3.2.** A decisão de construir as estações no local foi a mais adequada em termos de relação custo-benefício e eficiência operacional?
- 2.3.3.** Foi abordado o arquiteto responsável do projeto, para que se encontrassem alternativas menos penalizadoras dos cidadãos e da cidade?

2.4. Relativamente ao número de trabalhadores envolvidos na Obra

- 2.4.1.** Qual o número de trabalhadores previstos para o cumprimento do prazo inicial?
- 2.4.2.** Qual o número real de trabalhadores ao longo do período inicialmente previsto para a conclusão da obra?

2.4.3. Qual o número real de trabalhadores ao longo do período da obra até ao momento?

2.5. Aspectos relevantes associados à gestão global da empreitada

2.5.1. Por que razão se assistiu a períodos prolongados de frente obra aberta ao longo da avenida sem trabalhadores em atividade?

2.5.2. Qual a justificação para o incumprimento sem aviso prévio da condicionante de manutenção de duas vias de trânsito em cada sentido na Avenida da Boavista, especialmente durante a subfase B3.2 (em curso entre 13/06/2023 e 12/01/2024)?

2.5.3. Questão com enquadramento prévio:

- Embora a Metro do Porto tenha inicialmente estabelecido com o Município do Porto a não simultaneidade de subfases na Avenida Marechal Gomes da Costa, visando agilizar o progresso da empreitada durante o período de férias de verão do ano passado, foi autorizada a realização de trabalhos nas vias interiores, entre a Rua de João de Barros e a Praça do Império (subfase M1), de 16/08/2023 a 14/10/2023, mesmo com trabalhos já em curso nas vias exteriores, entre a Rua de Jorge Reinel e a Rua de João de Barros (M4), de 18/07/2024 a 15/09/2023.
- Apesar de toda a colaboração do Município em colaborar para a boa execução das obras, verificaram-se sucessivos atrasos e pedidos de prorrogação solicitados pela Metro do Porto.
- Como resultado, a subfase M1 permaneceu ativa até 14/11/2023 (mais um mês do que o previsto) e a subfase M4 até 13/10/2023 (também mais um mês do que o previsto), o que levou a uma efetiva sobreposição de subfases entre 16/08/2023 e 13/10/2023.

Questão: Quais as reais razões para esta cascata de atrasos e incapacidade de cumprir quaisquer das previsões feitas para as referidas fases?

2.5.4. Tendo em vista as questões anteriores, quais as reais razões por trás das alterações no projeto e, além disso, a finalidade da caixa de fundação profunda aberta na Avenida Marechal Gomes da Costa?

2.5.5. Confirmam-se os danos potencialmente irreversíveis nas raízes de quatro árvores do separador central da Avenida do Marechal Gomes da Costa, durante a escavação de caboucos para as fundações de uma das estações (em

monitorização pelo Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas (DMEVGI).

Questões:

- a. Foi tomada alguma medida preventiva, tendo em conta as características do tipo de arborização da área de intervenção?
 - b. Que medidas de reparação foram tomadas, após o ocorrido?
- 2.5.6.** Como foi estudado, e que medidas de mitigação foram implementadas, quando assistimos ao evidente acesso precário a paragens dos STCP, em especial na existente na interseção da Avenida da Boavista com a Rua de Azevedo Coutinho, sentido poente/nascente, prejudicando significativamente os utilizadores do transporte público, resultando num impacto negativo no conforto e segurança de utentes, bem como na procura dos serviços da STCP?
- 2.5.7.** Como explicam o surgimento sem reparação imediata de múltiplos buracos e covas em zonas de pavimentação provisória de fraca qualidade, bem como a profusão de tampas desniveladas, com ocorrência de danos frequentes em viaturas e potenciadores de acidentes?
- 2.5.8.** Quais as reais razões para os trabalhos terem sido iniciados sem os projetos de execução estarem concluídos, obrigando a que várias questões fossem decididas iterativamente durante as obras, como as elencadas a seguir:
- a. A extensão das rampas reentrantes, que teve de ser aumentada na sua maioria, devido à falta de garantia da mesma facilidade de manobra para acessos comparativamente às rampas de encosto?
 - b. O aumento dos raios de viragem nas interseções com arruamentos transversais, em particular nas ruas D. João de Castro e Beato Inácio de Azevedo?
 - c. A necessidade de definir uma nova localização para o Monumento ao Empresário?
 - d. As considerações sobre o material do pavimento dos passeios da Avenida da Boavista?
 - e. A definição da largura dos passeios, que resultou na construção inicial com dimensões inferiores a 1,50m, em desrespeito ao Decreto-Lei n.º 163/2006?
 - f. A posição dos *citytainer* nas ruas S. João de Brito, Pinheiro Manso e adjacente à Rua de O Primeiro de Janeiro, não sendo considerado o parecer favorável da CMP?

- g. A determinação da localização dos painéis publicitários (MUPI, sobre-elevados e de grandes dimensões)?
- h. A identificação dos locais para os abrigos destinados à operação da STCP paralela ao BRT1?
- i. A necessidade de substituição das papeleiras pelo modelo atualmente adotado pela CMP na cidade?

2.5.9. Que negociações foram encetadas com os comerciantes afetados pelas obras e se as mesmas foram revistas, considerando os atrasos na empreitada?

3. INFORMAÇÕES QUE SE SOLICITA À METRO DO PORTO, RELATIVAMENTE À SEGUNDA FASE DO BRT

3.1. Ponto de situação do concurso para atribuição da obra?

3.2. Prazo previsto para a atribuição da concessão?

3.3. Prazo previsto para a conclusão da mesma?

4. INFORMAÇÕES PÚBLICA E ACOMPANHAMENTO DA OBRA PELOS CIDADÃOS, NO QUADRO DA MOBILIDADE NA CIDADE

A informação dos cidadãos é absolutamente imprescindível em obras com o impacto social e económico desta magnitude, causadoras de enormes transtornos e passíveis de incompreensão, quando não devidamente explicadas.

4.1. A Metro do Porto considerou a colocação de outdoors bem visíveis e explicativos ao longo do percurso e nas áreas mais diretamente afetadas?

4.2. A Metro do Porto considerou disponibilizar um “render” da obra depois de concluída, em site de fácil acesso para melhor informação dos cidadãos, de modo a envolver a cidade na obra?

Este Relatório será enviado ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da empresa Metro do Porto, SA , solicitando a sua pronúncia e resposta às questões colocadas.

O GT-AITP enviará cópia deste Relatório ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto e aos membros da Assembleia Municipal do Porto, sendo dele dado conhecimento ao público em geral, através da publicação no sítio institucional do Município na Internet.



Assembleia Municipal
do Porto